



MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Dinis Pinheiro
1º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique
2º-Vice-Presidente: Deputado Inácio Franco
3º-Vice-Presidente: Deputado Paulo Guedes
1º-Secretário: Deputado Dilzon Melo
2º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr.
3º-Secretário: Deputado Jayro Lessa

SUMÁRIO

- 1 - ATAS
 - 1.1 - Reunião de Comissões
- 2 - ERRATA



ATAS

ATA DA 6ª REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES DE TURISMO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E COOPERATIVISMO E DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 22/11/2011

Às 9h35min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Dalmo Ribeiro Silva, Rômulo Viegas e Vanderlei Miranda, membros da Comissão de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo; os Deputados Marques Abreu e Fabiano Tolentino, membros da Comissão de Esporte, Lazer e Juventude. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Dalmo Ribeiro Silva, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Rômulo Viegas, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir questões relativas às exigências feitas pela FIFA que geram intervenção direta no domínio econômico privado no Estado. A seguir, comunica o recebimento de ofício da Sra. Soraia Pereira, Coordenadora do Gabinete do Ministro do Esporte, justificando sua ausência nesta reunião. Registra-se a presença do Deputado Tenente Lúcio, que assume os trabalhos da reunião. A Presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir as Sras. Livia Vasconcelos Magaldi, Assessora Jurídica, representando o Sr. Sérgio Alair Barroso, Secretário de Estado da Copa do Mundo; Stella Kleinrath, Diretora de Promoção Turística da Belotur, representando a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte; e os Srs. Rodrigo Sacarpelli, Diretor-Executivo da empresa Mais Fácil Soluções Inteligentes; Luiz Alberto de Rezende, Assessor Jurídico, representando o Sr. Paulo Sérgio Miranda Schettino, Presidente da Federação Mineira de Futebol; Rogério Bertho, Assessor de Comunicação do Comitê Executivo Copa do Mundo da Fifa Brasil 2014, os quais são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra ao Deputado Rômulo Viegas, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Registra-se a presença do Deputado Adelmo Carneiro Leão. A Presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetido a votação, é aprovado requerimento do Deputado Vanderlei Miranda em que solicita seja realizada reunião de audiência pública para debater o plano de contingência da Infraero, a ser utilizado para minimizar os transtornos decorrentes do crescimento do fluxo de passageiros e o aumento do número de voos extras previstos para o próximo mês de dezembro, no Aeroporto Internacional Tancredo Neves. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares e dos convidados, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 29 de novembro de 2011.

Tenente Lúcio, Presidente – Dalmo Ribeiro Silva – Rômulo Viegas – Vanderlei Miranda.

ATA DA 35ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 22/11/2011

Às 10h1min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Rosângela Reis e os Deputados Sebastião Costa, André Quintão e Fabiano Tolentino (substituindo o Deputado Cássio Soares, por indicação da Liderança do BTR), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Sebastião Costa, declara aberta a reunião e, nos termos do art. 120, III, do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão. O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei nºs 2.631, 2.633, 2.647 e 2.651/2011 (Deputado André Quintão); 2.632, 2.635, 2.636, 2.641, 2.645, 2.650 e 2.653/2011 (Deputado Bruno Siqueira); 2.634, 2.640 e 2.648/2011 e Projeto de Lei Complementar nº 21/2011 (Deputado Cássio Soares); 2.639,



2.643 e 2.654/2011(Deputado Delvito Alves); 2.642, 2.649, 2.652 e 2.655/2011 (Deputado Luiz Henrique); 2.637 e 2.638/2011 (Deputada Rosângela Reis). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres concluindo pela antijuridicidade, inconstitucionalidade e ilegalidade, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 2.261, 1.218, 2.538/2011 (relator: Deputado Sebastião Costa, o último em virtude de redistribuição) e 1.075/2011 (relatora: Deputada Rosângela Reis). São convertidos em diligência à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese – e ao Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente o Projeto de Lei nº 1.081/2011 (relator: Deputado André Quintão); à Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior de Minas Gerais o Projeto de Lei nº 2.282/2011 (relatora: Deputada Rosângela Reis); ao Departamento de Estradas de Rodagem – DER-MG – o Projeto de Lei nº 2.437/2011 (relator: Deputado Sebastião Costa, em virtude de redistribuição). Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres concluindo pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.208/2011 na forma do Substitutivo nº 1, 1.823/2011 com as Emendas nºs 1 e 2 (relator: Deputado André Quintão, o último em virtude de redistribuição); 2.601/2011 (relator: Deputado Sebastião Costa). É distribuído em avulso o parecer que conclui pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.617/2011, por solicitação do relator, Deputado Sebastião Costa. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres concluindo pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade, em turno único, dos Projetos de Lei nºs 2.151/2011 com a Emenda nº 1 (relator: Deputado Sebastião Costa); e 2.434/2011 (relatora: Deputada Rosângela Reis). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetido a votação, é aprovado requerimento em que se solicita seja baixado em diligência ao autor o Projeto de Lei nº 2.654/2011. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 29 de novembro de 2011.

Sebastião Costa, Presidente - Bruno Siqueira – Cássio Soares – Rosângela Reis – Delvito Alves – André Quintão.

ATA DA 28ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 29/11/2011

Às 15h7min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Marques Abreu, Tadeu Martins Leite, Fabiano Tolentino e Gustavo Perrella, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Marques Abreu, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Fabiano Tolentino, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar matéria constante na pauta e discutir e votar proposições da Comissão. A seguir, comunica o recebimento de ofício do Deputado Adelmo Carneiro Leão, comunicando que deixará de participar temporariamente das atividades desta Comissão por estar envolvido, na condição de Presidente, nos trabalhos da Comissão Especial de Renegociação da Dívida Pública de Minas Gerais. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.789/2011 na forma do substitutivo nº 2, em turno único (relator: Deputado Fabiano Tolentino). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, os Projetos de Lei nºs 2.455, 2.464, 2.491, 2.563 e 2.566/2011, que receberam parecer por sua aprovação. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 1.850 e 1.851/2011. Submetidos a discussão e votação, cada um por sua vez, são aprovados os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 1.796, 2.237, 2.273, 2.287 e 2.314/2011. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetido a votação, é aprovado requerimento dos Deputados Marques Abreu, Tadeu Martins Leite, Adelmo Carneiro Leão, Fabiano Tolentino e Gustavo Perrella em que solicitam seja enviado ofício ao Secretário de Estado de Esporte e da Juventude para que se promova campanha de divulgação dos benefícios da atividade física para a população, visando ao estímulo de sua prática. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 6 de dezembro de 2011.

Marques Abreu, Presidente - Fabiano Tolentino - Maria Tereza Lara.

ATA DA 31ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 6/12/2011

Às 14h43min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Maria Tereza Lara e os Deputados João Leite e Cássio Soares, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado João Leite, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Cássio Soares, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofício do Sr. Alair Ricardo Ferreira, da Associação Comunitária do Distrito de Santa Tereza do Bonito, no Município de Peçanha, solicitando que esta Comissão tome providências em relação à segurança pública no Município; e de correspondência publicada no “Diário do Legislativo” na data mencionada entre parênteses: ofícios dos Srs. Alceu José Torres Marques, Procurador-Geral de Justiça (2), Edson José Pereira, Presidente do Sindicato dos Delegados de Polícia do Estado de Minas Gerais, Lafayette de Andrada,



Secretário de Defesa Social (26/11/2011); Cel. PM Paulo Antônio dos Santos, Comandante da Guarda Municipal de Contagem; Marco Maia, Presidente da Câmara dos Deputados; Nelma Matos Silva Guimarães, Promotora de Justiça; Sergio Alair Barroso, Secretário Extraordinário da Copa do Mundo; Gustavo Rodrigues Leite, Coordenador da Coordenadoria Regional das Promotorias de Justiça da Infância e Juventude da Macrorregião do Vale do Rio Doce (3/12/2011). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado, em turno único, o Projeto de Lei nº 2.587/2011. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 1.954 e 1.955/2011. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos do Deputado João Vítor Xavier (2) em que solicita seja realizada visita ao Secretário de Defesa Social, para tratar dos problemas de segurança no Município de Caeté, bem como apresentar as demandas da comunidade, discutidas em audiência pública no dia 5/12/2011; seja encaminhado à Cemig e à Prefeitura Municipal de Caeté pedido de providências para a adoção de medidas com vistas à adequada iluminação das ruas no Município de Caeté; do Deputado Carlin Moura em que solicita seja realizada visita conjunta desta Comissão e da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia à Escola Municipal Maria Silva Lucas, no Município de Contagem, para verificar sua situação de segurança, em razão da agressão cometida por ex-alunos à Diretora; da Deputada Liza Prado em que solicita seja realizada reunião de audiência pública no Município de Poços de Caldas, para debater a instalação de novo presídio; do Deputado Fred Costa em que solicita seja realizada reunião de audiência pública desta Comissão e da Comissão de Participação Popular para debater a implantação de câmeras de segurança na região Centro-Sul de Belo Horizonte; dos Deputados Tadeu Martins Leite e Luiz Henrique em que solicitam seja encaminhado ao Comandante-Geral da PMMG pedido de providências para o aumento do efetivo da Polícia Militar no 51º Batalhão, com o intuito de atender aos Municípios de Janaúba e Nova Porteirinha; do Deputado Sargento Rodrigues (3) em que solicita seja realizada reunião de audiência pública para discutir o Projeto de Lei nº 427/2011, que trata da fiscalização e da venda de ingressos de eventos artísticos, culturais e desportivos no Estado; seja formulada manifestação de aplauso ao Sd. PM Lucas de Souza Favoretti, lotado na 15ª Cia. Ind. de Teófilo Otôni, pelo ato de bravura em uma ocorrência policial próxima a sua residência; seja formulada manifestação de aplauso aos policiais militares lotados na 138ª e 152ª Cia do 14º BPM, em Ipatinga, pelo trabalho desenvolvido na apreensão de advogada suspeita de tentativa de suborno, dois acusados de tráfico de drogas, além de aproximadamente 1kg de maconha prensada, R\$1.000,00 e dois veículos; da Deputada Maria Tereza Lara e dos Deputados Cássio Soares e João Leite (2) em que solicitam sejam encaminhadas as notas taquigráficas da 30ª Reunião Ordinária desta Comissão à Associação Mineira de Municípios e à Associação dos Municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte; seja encaminhado ao Secretário de Defesa Social pedido de providências para a transferência do detento Amilton Loyola Caires, da Penitenciária de Ribeirão das Neves para um hospital psiquiátrico ou manicômio judiciário. Registra-se a presença dos Deputados Estaduais Gilsinho Lopes e Luiz Durão, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente da Comissão de Segurança Pública da Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 12 de dezembro de 2011.

João Leite, Presidente - Sargento Rodrigues - Cássio Soares - Anselmo José Domingos.

ATA DA 25ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 7/12/2011

Às 10h15min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Liza Prado e os Deputados Almir Paraca e Pompílio Canavez, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente Deputado Almir Paraca, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Pompílio Canavez, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante da pauta, a deliberar sobre proposições da Comissão e a debater, em audiência pública com convidados, a assistência pública e gratuita na área de arquitetura, urbanismo e engenharia, para habitações de interesse social, voltada à população de baixa renda no Estado de Minas Gerais. A seguir, comunica o recebimento de ofícios do Sr. Elmiro Nascimento, Secretário de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, tecendo comentários sobre as notas taquigráficas de audiência pública desta Comissão em que foi debatida a implantação de uma usina química de fertilizantes no Município de Patrocínio, e da Sra. Cibele Santos, Secretária da 14ª Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor, prestando esclarecimentos sobre a atuação do Ministério Público Estadual no tocante às tarifas cobradas pela Copasa-MG; e de correspondência publicada no “Diário do Legislativo” nas datas mencionadas entre parênteses: dos Srs. Vasco Praça Filho, Prefeito Municipal de Paracatu; Maj. PM Valmir José Fagundes, Comandante do Policiamento Especializado da Companhia de Polícia Militar de Meio Ambiente; Carlos Alberto Menezes Calazans, Superintendente Regional do Inbra; Antônio Caram Filho, Diretor-Geral da Agência Reguladora dos Serviços de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário (26/11/2011); Ricardo Augusto Simões Campos, Presidente da Copasa-MG; Djalma Bastos de Moraes, Presidente da Cemig; Marco Maia, Presidente da Câmara dos Deputados (3/12/2011). O Presidente acusa o recebimento do Projeto de Lei Complementar nº 18/2011, no 2º turno, para o qual designou relator o Deputado Pompílio Canavez. Registra-se a presença do Deputado Bosco. A Presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir as Sras. Marília Ávila Carvalho, Técnica do Conselho Estadual de Desenvolvimento Regional de Minas Gerais, representando Olavo Bilac Pinto Neto, Secretário de Estado de Desenvolvimento Regional e Política Urbana e Presidente do Conselho Estadual de Desenvolvimento Regional e Política Urbana; Cláudia Pires, Presidente do Instituto de Arquitetos do Brasil; Gislene Gonçalves Reis, Conselheira Municipal de Habitação de Belo Horizonte; e Priscila Silva Nogueira, Pesquisadora da Escola de Arquitetura da UFMG; e os Srs. José Abílio Belo Pereira, Assessor da Presidência do Crea-MG; Hérzio G. B. Mansur, engenheiro, representando Jobson Andrade, Presidente do Crea-MG, e Jean Marcus Ribeiro,



Diretor de Relações Institucionais do Crea-MG, os quais são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra ao Deputado Pompílio Canavez, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. A Presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. O parecer sobre o Projeto de Lei Complementar nº 18/2011, no 2º turno, deixa de ser apreciado em virtude de solicitação de prazo regimental pelo relator, Deputado Pompílio Canavez. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.550/2011 (relatora: Deputada Liza Prado, em virtude de redistribuição). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 1.925, 1.957, 1.958, 1.959, 1.960, 1.961, 1.962 e 2.032/2011. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para reunião extraordinária desta Comissão no dia 12/12/2011, conforme edital de convocação a ser publicado, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 12 de dezembro de 2011.

Pompílio Canavez, Presidente.

ATA DA 31ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 13/12/2011

Às 9h36min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Liza Prado e os Deputados Pompílio Canavez e João Leite, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Pompílio Canavez, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento da Deputada Liza Prado, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante da pauta e a deliberar sobre proposições da Comissão e comunica o recebimento de ofício da Sra. Maria do Carmo Lara Perpétuo, Prefeita Municipal de Betim, publicada no "Diário do Legislativo" em 2/12/2011. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela aprovação, no 2º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 18/2011 com a Emenda nº 1 (relator: Deputado Pompílio Canavez); e pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 712/2011 na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relatora: Deputada Liza Prado). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos da Deputada Liza Prado em que solicita seja encaminhado à CBTU pedido de providências para a realização de uma vistoria na Estação Ferroviária de Belo Horizonte, em especial no que diz respeito à garantia de plena acessibilidade; seja realizada visita desta Comissão, conjunta com a Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência, à Estação Ferroviária de Belo Horizonte, para verificar as condições de acessibilidade; seja encaminhado ao Instituto de Terras de Minas Gerais - Iter-MG - pedido de informações sobre a tramitação de processos de desapropriação de terras no Município de Patrocínio, bem como sobre o posicionamento do Instituto no que se refere ao atendimento do interesse público em tais processos, e pedido de que se posicione sobre os impactos de tais desapropriações, sobretudo no tocante às questões sociais e ambientais decorrentes da implantação de usina química de fertilizantes em Patrocínio; seja encaminhado ao Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais pedido para que a Escola do Legislativo ofereça a Vereadores, gestores públicos municipais e conselheiros municipais de habitação cursos ou oficinas sobre legislação referente a habitação de interesse social; seja encaminhado ao Instituto dos Arquitetos do Brasil pedido de informações que menciona sobre a existência ou não de iniciativas destinadas à prestação de assistência técnica a famílias de baixa renda; seja realizada reunião de audiência pública desta Comissão, conjunta com a Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte, para debater a moradia popular de interesse social e a função social da moradia; seja encaminhado ao Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura de Minas Gerais - Crea-MG pedido de informações sobre quais prefeituras municipais dispõem de arquitetos e engenheiros em seus quadros funcionais; seja encaminhado às Secretarias de Estado de Governo e de Desenvolvimento Regional e Política Urbana pedido de informações sobre quantos Municípios mineiros dispõem de Conselhos Municipais de Habitação e de Fundos Municipais de Habitação; sejam encaminhadas à Companhia Urbanizadora e de Habitação de Belo Horizonte notas taquigráficas da reunião realizada em 7/12/2011 e pedido de informações sobre os problemas relatados na mencionada reunião, nos conjuntos habitacionais construídos em Belo Horizonte; seja encaminhado à Prefeitura Municipal de Contagem pedido de informações sobre os motivos do fechamento de unidades da Fundação de Ensino de Contagem - Funec; seja encaminhado ao Ministério Público Federal, ao Ministério Público Estadual, ao Procon de Uberlândia e à Vigilância Sanitária pedido de apuração de denúncia veiculada no jornal "Correio de Uberlândia" do dia 28/11/2011, de que hospitais estariam comercializando roupas de cama utilizadas em suas atividades; seja encaminhado ao Ministério Público Estadual pedido de que abra procedimento investigativo destinado a verificar eventual omissão por parte da Prefeitura Municipal de Teófilo Ottoni na fiscalização de entidades que produzem e distribuem medicamentos manipulados, que teriam causado a morte de oito pessoas no Município; e dos Deputados André Quintão em que solicita, tendo em vista a Proposta de Ação Legislativa nº 1.544/2011, seja realizada reunião de audiência pública destinada a debater uma nova divisão das regiões do Estado; Almir Paraca em que solicita seja encaminhado à Copasa-MG pedido de providências para que aprimore os levantamentos e estudos preliminares à implantação de estações de tratamento de esgoto nos Municípios atendidos pela empresa; seja encaminhado à Copasa-MG pedido para que envie a esta Comissão planilha de composição dos custos de água e esgoto referente ao Município de João Pinheiro; seja encaminhado à Agência Reguladora dos Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário pedido de informação sobre os parâmetros para a definição das tarifas de água e esgoto no Município de João Pinheiro e o cronograma de investimentos e obras previstas no contrato celebrado com o



Município, mas que ainda não tenham sido realizadas; Pompílio Canavez e Carlin Moura em que solicitam seja encaminhado à Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte pedido de que intervenha junto às Prefeituras Municipais de Belo Horizonte e Contagem com vistas à solução dos problemas relacionados a tráfego, infraestrutura, acessibilidade e drenagem pluvial da Rua Aderbal Rodrigues Vaz, na divisa dos dois Municípios; seja encaminhado às Prefeituras Municipais de Belo Horizonte e Contagem pedido de providências em prol da definição, de maneira oficial, conjunta e definitiva, da denominação da Rua Aderbal Rodrigues Vaz, tendo em vista os vários nomes atribuídos ao logradouro; seja encaminhado às Prefeituras Municipais de Contagem e Belo Horizonte pedido de providências para que realizem estudos de impacto de tráfego e ambiental, em decorrência da expansão da Avenida Teresa Cristina, na região da Rua Aderbal Rodrigues Vaz; sejam encaminhado às Prefeituras Municipais de Contagem e Belo Horizonte pedido de providências com vistas à rápida duplicação da Rua Aderbal Rodrigues Vaz; seja realizada visita ao Secretário Municipal de Serviços Urbanos da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte para debater e encaminhar reivindicações dos moradores do entorno da Rua Aderbal Rodrigues Vaz; seja encaminhado à Prefeitura de Belo Horizonte pedido de providências para que sejam canceladas as notificações e autuações remetidas aos moradores da Rua Aderbal Rodrigues Vaz, referentes à construção de passeios no referido logradouro; seja encaminhado à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos pedido de providências para que unifique os CEPs referentes à Rua Aderbal Rodrigues Vaz, bem como regularize o registro do nome do logradouro no sistema de caixa de endereçamento postal; Pompílio Canavez em que solicita seja realizada reunião de audiência pública para debater iniciativas relacionadas à prevenção de enchentes em todos os Municípios sul-mineiros que margeiam o Rio Sapucaí. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para reunião extraordinária a ser realizada hoje, 13/12/2011, às 15h30min, com a finalidade de apreciar os pareceres sobre o Projeto de Lei 2.550/2011, no 2º turno, e aos Projetos de Lei Complementar nºs 13 e 19/2011, no 1º turno, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 13 de dezembro de 2011.

Almir Paraca, Presidente - Pompílio Canavez - Liza Prado.



ERRATA

PARECER DE REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 1.912/2011

Na publicação da matéria em epígrafe, verificada na edição de 15/12/2011, na pág. 83, col. 2, no “caput” do art. 1º do Projeto de Lei nº 1.912/2011, onde se lê:

“outras empresas prestadoras de serviço de natureza continuada”, leia-se:

“outras empresas prestadoras de serviço de natureza similar”.